



ACÓRDÃO Nº 316/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11927/2016.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Fundo Estadual de Regularização Fundiária - FERF
- 4- **Advogados:** Não possui.
- 5- **Exercício:** 2015.
- 6- **Responsável:** Sr. Ivanhoé Amazonas Mendes Filho, Ordenador de Despesa.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD/AM.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 1730/2018-MP-RMAM, do Dr. Ruy Marcelo Alencar de Mendonça, Procurador de Contas (fls.120/123).
- 9- **Relator:** Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Fundo Estadual de Regularização Fundiária. Exercício de 2015.

Irregularidade. Multa. Prazo. Determinação. Notificação. Arquivamento.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em parcial consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1- **Julgar Irregular** a Prestação de Contas Anual do Fundo Estadual de Regularização Fundiária - FERF, exercício de 2015, de responsabilidade do **Sr. Ivanhoé Amazonas Mendes Filho**, nos termos dos artigos 22, III, alínea “b”, da Lei Estadual nº 2.423/1996, e 188, §1º, III, alínea “b”, da Resolução-TCE nº 04, de 23 de maio de 2002;
- 10.2- **Aplicar Multa** ao **Sr. Ivanhoé Amazonas Mendes Filho** no valor de **R\$8.768,25**, que devem ser recolhidos na esfera Estadual para o Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, pela não comprovação da boa aplicação dos recursos públicos, decorrente da falta de demonstração da execução do Contrato SPF 01/2015, nos termos do Art. 54, II, da Lei Estadual nº 2.423/1996 c/c Art. 308, VI, da Resolução-TCE nº 04, de 23 de maio de 2002. O recolhimento deve ser feito no **prazo de 30 dias**;
- 10.3- **Aplicar Multa** ao **Sr. Ivanhoé Amazonas Mendes Filho** no valor de **R\$2.192,06**, que devem ser recolhidos na esfera Estadual para o Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, por deixar de trazer aos autos os processos correlatos expressamente solicitados na notificação 201/2017- DICAD/AM, nos termos do Art. 54, IV, da Lei Estadual nº 2.423/1996 c/c Art. 308, I, alínea “a”, da Resolução-TCE nº 04, de 23 de maio de 2002. O recolhimento deve ser feito no **prazo de 30 dias**;
- 10.4- **Determinar** a Instauração de Tomada De Contas Especial para



ACÓRDÃO Nº 316/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

apuração dos fatos relativos ao Contrato SPF nº 01/2015 firmado entre o Fundo Estadual de Regularização Fundiária - Ferf e a empresa A. S. Consultoria em Gestão de Informação e Projetos Ltda;

- 10.5- Notificar o Sr. Ivanhoé Amazonas Mendes Filho**, dando-lhe ciência do teor do Relatório-Voto e deste Acórdão e, querendo, apresentar o devido recurso;
- 10.6- Arquivar** o presente processo, após o trânsito em julgado, nos moldes regimentais.

11- Ata: 16ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 16 de Maio de 2018.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Erico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho e Mário Manoel Coelho de Mello.

14- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

YARA AMAZONIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS

Conselheira-Presidente

ERICO XAVIER DESTERRO E SILVA

Conselheiro-Relator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA

Procurador-Geral